



# VIVÊNCIAS EM ORÇAMENTO E DIREITOS DE JUVENTUDES INDÍGENAS E QUILOMBOLAS



# FICHA TÉCNICA

## **Coordenação Política**

Cristiane Ribeiro  
José Antônio Moroni  
Nathalie Beghin  
Colegiado de Gestão do *Inesc*

## **Coordenação técnica**

Carmela Zigoni  
Leila Saraiva  
Assessoras Políticas do Inesc

## **Redação**

Carmela Zigoni  
Cristiane Ribeiro  
Dyarley Viana  
Juami Aquino  
Leila Saraiva  
Sofia Ashley

## **Revisão ortográfica**

Paulo Henrique de Castro e Faria

## **Diagramação e projeto gráfico**

Nara Oliveira (Estúdio Gunga)

## **Ilustrações**

Inara Régia Cardoso

## **Parceiros:**

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB  
Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo - APOINME  
Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos - CONAQ  
Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB

## **Apoio:**

Misereor

## **Realização:**

Instituto de Estudos Socioeconômicos - INESC

## **Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos**

Endereço: SCS Quadra 01 - Bloco L, nº 17, 13º Andar Cobertura  
Edifício Márcia. CEP: 70. 307-900 - Brasília/DF

Telefone: + 55 61 3212-0200

E-mail: [inesc@inesc.org.br](mailto:inesc@inesc.org.br)

Página Eletrônica: [www.inesc.org.br](http://www.inesc.org.br)

# EXPEDIENTE

## **EQUIPE INESC**

### **Conselho Diretor**

Aline Maia Nascimento  
Júlia Alves Marinho Rodrigues  
Márcia Anita Sprandel  
Pedro de Carvalho Pontual  
Roseli Faria

### **Conselho Fiscal**

Augustino Veit (suplente)  
Enid Rocha  
Mario Lisbôa Theodoro  
Ribamar Araújo

### **Colegiado de Gestão**

Cristiane da Silva Ribeiro  
José Antônio Moroni  
Nathalie Beghin

### **Gerente Financeiro, Administrativo e de Pessoal**

Ana Paula Felipe

### **Assistente da Direção**

Marcela Coelho M. Esteves  
Thayza Benetti

### **Equipe de Comunicação**

Gabriela Alves  
Mara Karina Sousa-Silva  
Sílvia Alvarez  
Thays Ferrari Puzzi

### **Assessoria Política**

Alessandra Cardoso  
Carmela Zigoni  
Cássio Cardoso Carvalho  
Cleo Manhas  
Gabriela Nepomuceno  
Leila Saraiva  
Livi Gerbase  
Tatiana Oliveira  
Thallita de Oliveira

### **Assessoria Técnica**

Dyarley Viana de Oliveira

### **Educador Social**

Markão Aborigine  
Sofia Ashley

### **PMAA – Planejamento, Monitoramento, Avaliação, Aprendizagem**

Adriana Silva Alves

### **Assistente de Contabilidade**

Josemar Vieira dos Santos

### **Assistente Financeiro**

Ricardo Santana da Silva

### **Técnico de Informática**

Cristóvão Frinhani

### **Auxiliares Administrativos**

Adalberto Vieira dos Santos  
Eugênia Christina Alves Ferreira  
Isabela Mara dos Santos da Silva

### **Auxiliar de Serviços Gerais**

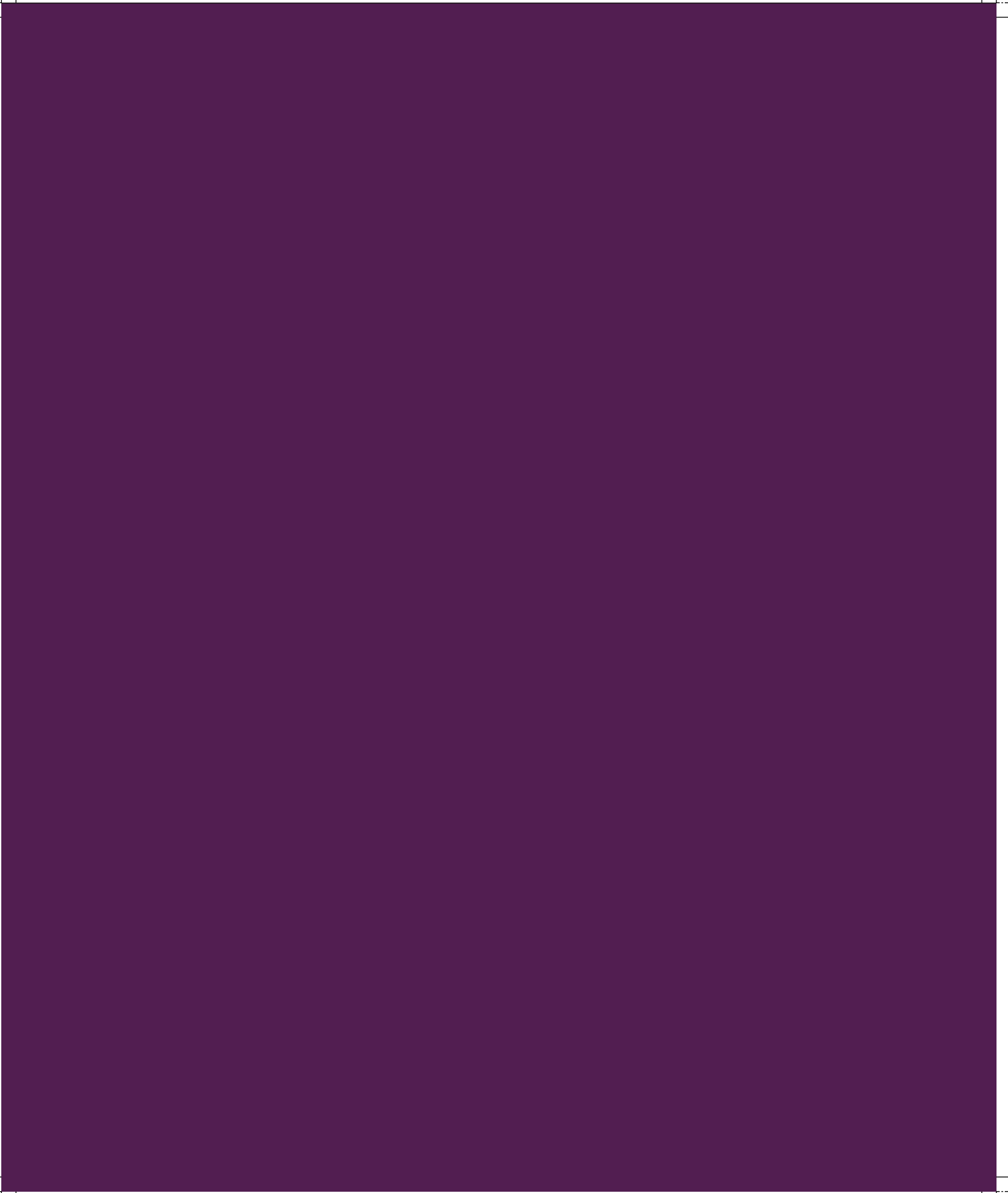
Roni Ferreira Chagas

### **Estagiários/as**

Juami Aquino  
Yan Nogueira da Silva

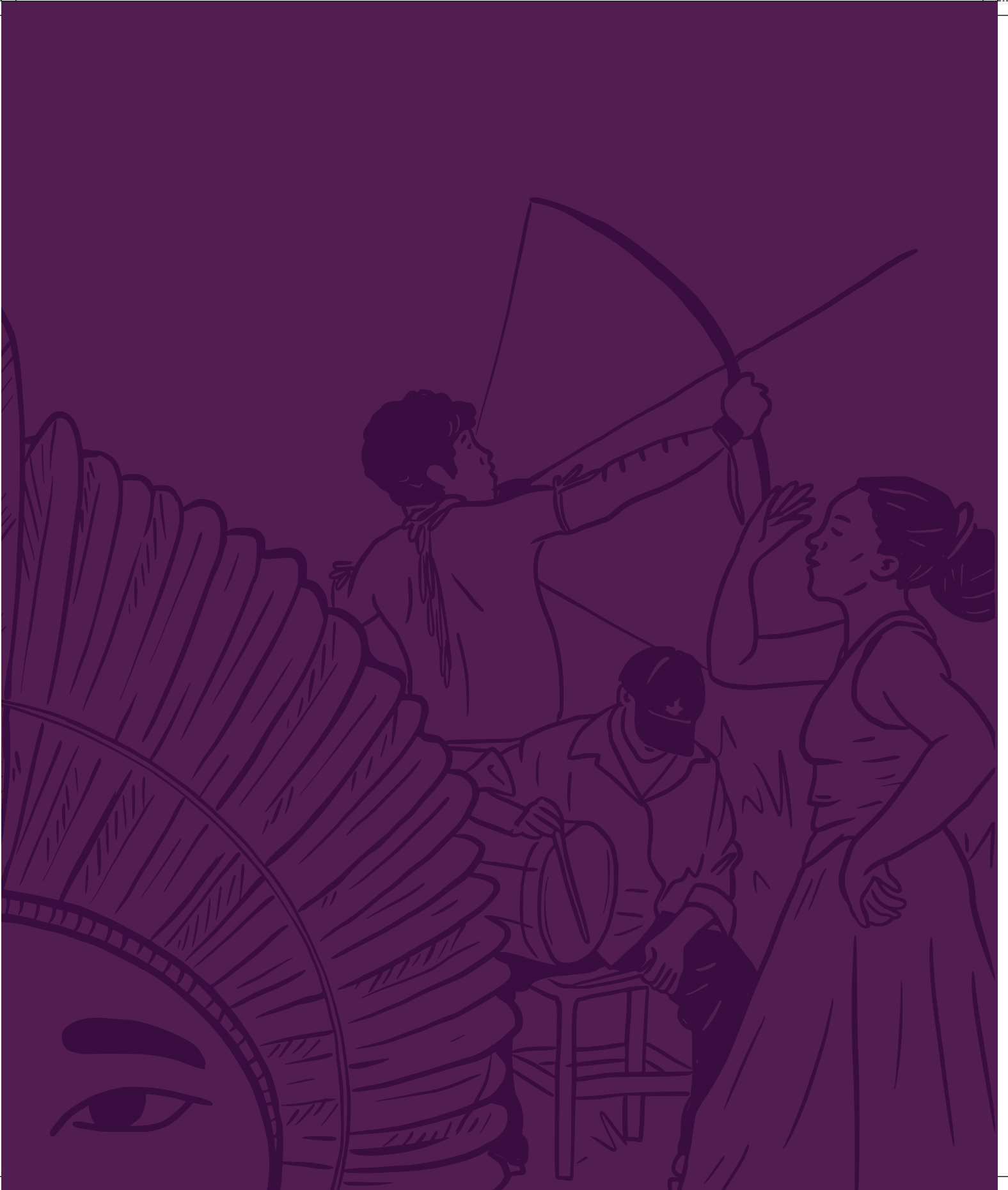
## **APOIO INSTITUCIONAL**

Charles Stewart Mott Foundation  
CLUA - Climate and Land Use Alliance  
ETF - Energy Transition Fund  
Fastenaktion  
Fundação Ford  
Fundação Heinrich Böll  
Fundar  
Fundo Canadá  
ICS - Instituto Clima e Sociedade  
Kindernothilfe  
Malala Fund  
Misereor  
OSF - Open Society Foundations  
PPM - Pão para o Mundo  
Rainforest Foundation Norway



# SUMÁRIO

- 1** Apresentação
- 3** Introdução
- 4** CAPÍTULO 1.  
**Percurso**
- 16** CAPÍTULO 2.  
**Os cinco pilares da metodologia Orçamento e Direitos**
- 30** CAPÍTULO 3.  
**As três leis orçamentárias (PPA, LDO e LOA)**
- 36** CAPÍTULO 4.  
**Orçamento quilombola**
- 42** CAPÍTULO 5.  
**Orçamento indígena**
- 50** CAPÍTULO 6.  
**Incidindo por políticas públicas**
  - 6.1** O passo a passo da incidência
  - 6.2** Incidindo no PPA
  - 6.3** Programas para indígenas e quilombolas no PPA 2024-2027
- 62** CAPÍTULO 7.  
**Continuidade das caminhadas**



# APRESENTAÇÃO

É com muita alegria que o Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) apresenta a Cartilha Orçamento e Direitos das Juventudes Indígenas e Quilombolas, que é fruto das formações no âmbito do projeto “Orçamento e Direitos: Fortalecendo a Juventude Indígena e Quilombola para Incidência Política”, realizadas com o apoio da Misereor e em parceria com a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), a Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) e a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) nos anos de 2019 a 2023.

Esta cartilha nasce com objetivo de que o conteúdo das formações chegue às juventudes quilombolas e indígenas em sua forma física e impressa como complemento ao formato virtual que foi necessário utilizar durante o período da pandemia de Covid-19. A essa necessidade se soma o desejo de compartilhar, com um público maior, os processos das oficinas de formação realizadas junto às juventudes indígenas e quilombolas das Regiões Norte e Nordeste em relação ao tema do orçamento público como condição às políticas públicas que garantam direitos.

A cartilha conta com informações sobre os cinco pilares da metodologia Orçamento e Direitos, desenvolvida pelo Inesc em 2004 e atualizada em 2018, que estruturam a forma de olhar para o orçamento a partir da visão dos sujeitos de direitos e das demandas por políticas públicas nos territórios. A cartilha traz, ainda, as análises do orçamento das políticas públicas para indígenas e quilombolas nos últimos quatro anos, ou seja, o balanço do desmonte realizado pelo governo Bolsonaro de 2019 a 2022. E, por fim, apresenta as perspectivas para a incidência no novo Plano Plurianual (PPA) e no orçamento público para os próximos anos.

Esperamos que este material contribua para as lutas dos territórios indígenas e quilombolas e para a juventude protagonista na incidência no orçamento público, para que tenham como resultado maior acesso e garantia de direitos aos territórios. Entendemos que a compreensão e a disputa política do orçamento público são elementos centrais para a construção de reflexões coletivas no sentido de assegurar os direitos territoriais, socioambientais e culturais das comunidades quilombolas e indígenas, que são historicamente ameaçados e atacados.

**Boa leitura!**

Cristiane da Silva Ribeiro, Nathalie Beghin e José Antonio Moroni  
(Colegiado de Gestão do Inesc)





# INTRODUÇÃO

Este é um instrumento para apoiar o novo grupo de multiplicadores/as de saberes e, por isso, pode ser usado como material de consulta sempre que houver necessidade, pois abordamos assuntos importantes para a construção de formas de pensar e atuar politicamente a partir do orçamento público.

O projeto “Orçamento e Direitos: Fortalecendo a Juventude Indígena e Quilombola para Incidência Política” aconteceu entre os anos de 2019 e 2023 e contou com jovens indígenas e quilombolas de todos os estados das Regiões Norte e Nordeste do Brasil. Foram formados 100 jovens, por meio de oficinas virtuais e presenciais, sendo estas realizadas em Belém (PA), Salvador (BA), no território indígena Wassu (Alagoas), em Carmésia (MG) e em Manaus (AM).

O objetivo desta cartilha é trazer, de forma resumida e a partir do olhar das juventudes presentes nas formações, os principais conteúdos abordados e ampliar o alcance destas informações para mais jovens e lideranças indígenas e quilombolas nos territórios, bem como para outros públicos que se interessarem.

Assim, no capítulo 1, apresentamos o percurso das formações, partindo da educação popular e de intelectuais indígenas e quilombolas que nos inspiraram em nossa jornada.

No capítulo 2, serão apresentados os cinco pilares da metodologia Orçamento e Direitos do Inesc e também uma visão sobre os pilares construída com as juventudes quilombolas e indígenas durante o processo de formação.

No capítulo 3, serão apresentadas as três leis do orçamento: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), bem como o que elas alcançam na política pública, seus prazos e como incidir sobre essas leis para garantir mais direitos para os territórios indígenas e quilombolas.

Nos capítulos 4 e 5, serão apresentadas as análises dos orçamentos quilombola e indígena, respectivamente, nos anos de desmonte das políticas públicas (entre 2019 e 2022), além das recomendações do Inesc – construídas com os movimentos sociais – para que tais políticas sejam reestruturadas nos próximos anos.

No capítulo 6, falaremos sobre a incidência nas políticas públicas. Será apresentado o passo a passo da incidência política da metodologia Orçamento e Direitos do Inesc, além da incidência sobre o Plano Plurianual (PPA), um importante instrumento a ser monitorado nos próximos quatro anos (2024-2027).

Por fim, no capítulo 7, vamos fechando esta etapa de nossas parcerias, trocas e resultados, reabrindo os caminhos de continuidade para a defesa dos direitos dos territórios e das juventudes quilombolas e indígenas.

CAPÍTULO 1.

# PERCURSO



# PERCURSO

## ESCUA DO CORPO

O corpo é um território, é a ancestralidade e é produtor de conhecimento! Como podemos cuidar bem dele para estar preparado/a para esta caminhada?

Começamos nosso primeiro encontro on-line com um processo de despertar, cuidar e atender às necessidades deste corpo; então, lhe convidamos a investigar o seu corpo.

De que tipo de movimento o seu corpo precisa? Certamente, você saberá qual é. Faça com gentileza e no seu ritmo. Será que é girar os ombros? Mexer o pescoço? Massagear os ombros? Alongar os braços? Sacudir as pernas?

Não importa qual seja. Faça por um tempo para que, por meio do corpo, você fique mais presente, confortável e preparado/a para o início da caminhada. Recomendamos que sempre o escute ao longo do processo!

**Boa caminhada, leitura e estudos!**

## INÍCIO DO PERCURSO

Tudo começou em junho de 2019, em Belém, na beira do rio. A juventude quilombola do Amapá levou para Belém um pouco de sua cultura. E compartilhou com o pessoal histórias com gente lá de Óbidos.

Já com os/as jovens indígenas, esta história começa em Surubabel, aldeia Tuxá, na Bahia, também em 2019. Desta vez, na beira do rio São Francisco, reunimos jovens de todo o Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo para discutir os temas do orçamento e do direito à saúde indígena, enquanto também se realizava a assembleia da APOINME.

Pandemia? Não entrou em nossa análise de conjuntura, pois mal sabíamos o que estava por vir. Em função do novo contexto, mudanças ocorreram:

- tivemos de interromper as formações;
- não foi possível dar continuidade à realização dos encontros com as juventudes indígenas e quilombolas, como planejado;
- mudamos as ações do projeto para apoio institucional, como forma de contribuir com o combate aos efeitos imediatos da pandemia.

Durante a escrita do novo projeto, tivemos a ilusão de que, em 2021, poderíamos nos encontrar presencialmente.

Para não interromper novamente as formações ou adiá-las, resolvemos fazer a primeira rodada virtual, à distância. Em 2022, finalmente, pudemos nos encontrar novamente em Belém, Salvador, Brasília, no Aquilombar e, ainda, no território Wassu-Cocal, no município de Joaquim Gomes (Alagoas) e na Terra Indígena Pataxó, em Carmésia (Minas Gerais) e, finalmente, em 2023, em Manaus (Amazonas).

## COMO CAMINHAMOS ATÉ AQUI?

A educação popular é utilizada aqui não só como uma metodologia ou um percurso, mas como uma decisão política, uma vez que carrega, em si, o necessário compromisso com a transformação social.

Os conhecimentos aqui apresentados são escritos, pensados e articulados partindo da urgência de mudar a forma como o orçamento público é atualmente concebido, para que venha a garantir cada vez mais direitos. Assim, esta cartilha não serve ao propósito de documento técnico, mas de ferramenta política, de modo que as formações e os conteúdos aqui expostos devem ser apropriados, reelaborados e multiplicados como mais um instrumento na luta por direitos.

A educação popular precisa trazer para o processo de aprendizagem as questões que mobilizam os/as educandos/as, deixando-se ser afetada e transformada por elas, de maneira que possamos aprender com a nossa própria realidade. Quem é melhor do que as próprias pesso-

as para dissertar sobre seus problemas, suas angústias e suas preocupações? Quem entende mais de suas realidades do que as pessoas que as vivem?

Portanto, os processos de formação que construímos precisam ser pensados junto com os/as educandos/as, a partir de suas questões, em diálogo com o conteúdo que oferecemos. A educação acontece na conversa entre sujeitos, com trajetórias, histórias, saberes e experiências diversas. Nesta dinâmica, todo mundo ensina e todo mundo aprende. Educador/a e educando/a são sujeitos políticos na troca de saberes.

Para colaborar com a construção da educação popular, nós desejamos destacar e buscar a base dos conhecimentos ancestrais e tradicionais indígenas, afro-brasileiros e quilombolas. Deste modo, enraizando a sua formação como cidadãos, cidadãs e sujeitos políticos, propomos uma formação mais integral e equilibrada entre saberes técnicos sobre orçamento público (conhecimento dos colonizadores) e saberes tradicionais e ancestrais sobre o mesmo tema para potencializar a criação e a inventividade de atuação dessa juventude como multiplicadora nas suas próprias comunidades.

Uma de nossas inspirações para a construção da formação e da cartilha é o Mestre Antônio Bispo dos Santos ou Nêgo Bispo. Ele é morador do Quilombo do Saco-Curtume, no Piauí. É poeta, escritor, professor, lavrador, ativista político e militante do movimento social quilombola e de direitos pelo uso da terra.

Como um grande multiplicador deste tecer de dois conhecimentos (o técnico e o tradicional), Nêgo Bispo explica que,

[...] para o meu povo, também sou um tradutor do pensamento do colonialista. Quando estamos discutindo colonização, quilombos, seus modos e significações, nós estamos tentando compreender o que faz o colonialista pensar como pensa e como devemos pensar para não nos comportarmos como ele. [...] Os quilombos são perseguidos exatamente porque oferecem uma possibilidade de viver diferente. [...] Assim, discutir a regularização das terras pela escrita não significa concordar com isto, mas significa que adotamos uma arma do inimigo para transformá-la em defesa. Porque quem vai dizer se somos quilombolas não é o documento da terra, é a forma como vamos nos relacionar com ela. E nesse quesito nós e os indígenas confluímos.<sup>1</sup> (SANTOS, 2018).




## PARAQUEDAS COLORIDOS

*Parei de andar mundo a fora, cancelei compromissos. Estou com minha família na aldeia Krenak, no médio rio Doce. Há quase um mês nossa reserva indígena está isolada. Quem estava ausente regressou, e sabemos qual o risco de receber pessoas de fora. Sabemos o perigo de ter contato com pessoas assintomáticas. Estamos todos aqui e até agora não tivemos nenhuma ocorrência.*

*A verdade é que vivemos encurralados e refugiados no nosso próprio território há muito tempo, numa reserva de 4 mil hectares – que deveria ser muito maior se a justiça fosse feita –, e esse confinamento involuntário nos deu resiliência, nos fez mais resistentes.*

*Então, talvez o que a gente tenha de fazer é descobrir um paraquedas.*





*Como posso explicar a uma pessoa que está fechada há um mês num apartamento numa grande metrópole o que é o meu isolamento? Desculpem dizer isso, mas hoje já plantei milho, já plantei uma árvore.*

*Não eliminar a queda, mas inventar e fabricar milhares de paraquedas coloridos, divertidos, inclusive prazerosos.*

*Faz tempo que nós na aldeia Krenak já estávamos de luto pelo nosso rio Doce. Não imaginava que o mundo nos traria esse outro luto. Está todo mundo parado. Quando engenheiros me disseram que iriam usar a tecnologia para recuperar o rio Doce, perguntaram minha opinião. Eu respondi: “A minha sugestão é muito difícil de colocar em prática. Pois teríamos que parar todas as atividades humanas que incidem sobre o corpo do rio, a cem quilômetros nas margens direita e esquerda, até que ele voltasse a ter vida”. Então um deles me disse: “Mas isso é impossível. O mundo não pode parar”. E o mundo parou.*

## CONSTRUINDO NOSSOS CONCEITOS

Iniciamos o processo de olhar de forma crítica para a nossa realidade. E, para começar, é muito importante que você possa pensar sobre algumas palavras e anotar o que elas significam para você. Então, nos quadros a seguir, faça algumas anotações sobre o que você entende sobre duas palavras: análise e conjuntura.

ANÁLISE	CONJUNTURA

## ANÁLISE DE CONJUNTURA

Algumas questões para analisar  
nosso território

A seguir, trazemos quatro questões para você pensar o seu território na perspectiva apontada sobre a análise de conjuntura:

O que está acontecendo no seu território?  
O que chama mais a atenção  
(de bom e de ruim)?

Como vocês têm lidado com os desafios  
no território? Quais são as estratégias ou  
qual é a forma que vocês e a comunidade  
têm criado para lidar com essas situações?

Qual é e como tem sido a atuação do  
Estado na sua comunidade? (Escola e  
posto de saúde – políticas públicas que  
promovem direitos. Empreendimento  
minerador etc. – políticas públicas que  
violam direitos)

Como jovem quilombola, como tudo isso  
tem lhe afetado? Quais são suas principais  
preocupações e perspectivas de futuro?

## OUTRAS ATIVIDADES PARA PRATICAR O ATO DE MULTIPLICAR

### TECER DE CASA: POLÍTICAS PÚBLICAS EM IMAGENS

Tire uma foto do que você vê de mais bacana na sua comunidade e outra foto de algo que seja o maior desafio na sua leitura. Em seguida, compartilhe as fotos com uma legenda no nosso grupo de WhatsApp. Com base nessas fotos, dialogue sobre como as políticas públicas afetam as juventudes quilombolas e indígenas.

### TECER DE CASA: DIALOGANDO SOBRE ORÇAMENTO NO TERRITÓRIO

**PASSO 1.** Tenha uma conversa com qualquer pessoa, seja de sua casa, de sua escola, de seu trabalho. Seja essa pessoa conhecida ou não. Pergunte a ela: o que passa pela sua cabeça quando você ouve a palavra orçamento? Registre a resposta neste espaço da forma como achar mais adequada, trazendo as ideias mais importantes.

**PASSO 2.** Registre os diálogos que você recolheu. Com quem você conversou? O que as pessoas disseram? Registre o que você ouviu.

**PASSO 3.** Vamos conversar sobre os diálogos que você recolheu e pensar juntas como eles se articulam com a importância do orçamento.

## AS MULHERES QUILOMBOLAS NAS LUTAS

Em 2023, as juventudes quilombolas demandaram um debate sobre a questão dos direitos das mulheres em referência ao 8 de Março. Acolhemos este chamado, que está além das atividades previstas no projeto, pois entendemos que o tema é urgente e que a demanda expressou também a confiança nos processos pedagógicos e nas caminhadas que temos com essas juventudes já há 4 anos. Iniciamos a construção coletiva, com o apoio do coordenador de juventudes, nosso companheiro Celso Araújo. Foram combinadas duas atividades, uma live (Juventude Quilombola no 8M) e uma atividade de comunicação (campanha).

### LIVE

Contamos com a presença da liderança quilombola Cida Mendes, de Conceição das Crioulas (PE), que elaborou dissertação sobre o tema, defendida no Mestrado em Sustentabilidade Junto a Povos e Terras Tradicionais (MESPT) da Universidade de Brasília (UnB).

“Marias Crioulas: Emancipação e Alianças entre Mulheres no Enfrentamento à Violência Doméstica em Comunidades Tradicionais” [2019].

Disponível em:



Foram 117 participantes na live, sendo 104 mulheres e 13 homens. Contabilizamos cerca de 50 comunidades diferentes, dos seguintes estados:

- Norte: Tocantins (TO), Amazonas (AM), Pará (PA) e Amapá (AP).
- Nordeste: Piauí (PI), Sergipe (SE), Maranhão (MA), Rio Grande do Norte (RN) e Alagoas (AL).
- Centro-Oeste: Mato Grosso do Sul (MS), Goiás (GO) e Distrito Federal (DF).
- Sudeste: Minas Gerais (MG).

“Algo que eu aprendi muito com o Nêgo Bispo, a cada momento que a gente se encontra com as lideranças de movimentos quilombolas, a cada momento que a gente senta com uma pessoa de mais idade do nosso quilombo, da nossa comunidade, a gente aprende um pouco mais. E eu quero seguir assim aprendendo. Eu sou aqui do quilombo da Conceição das Crioulas e aprendi que, além de estudar na universidade, depois de passar por muitos desafios, depois de muitos caminhos, eu preciso dizer que aprendi mesmo, para o dia a dia, para a minha exposição política e posição como mulher negra quilombola, eu aprendi com as mestras e os mestres do nosso território. Os mestres do saber da oralidade. E quando a gente vai para a universidade, a gente vai para colocar um pouquinho do saber do nosso povo, colocar um pouco no papel, como diz a Valdelice, uma indígena do povo Guarani. Ela diz que ‘a gente vai fazer o papel falar’. Então, é o que nós fazemos. É colocar um pouco da sabedoria do nosso povo, trazendo para a universidade. Essa é uma aprendizagem que nosso povo nos passa todo dia. Então, a minha palavra hoje é de agradecimento, de muita alegria, mas também de pedir licença à minha ancestralidade”.

Aparecida Mendes

## CAMPANHA

A campanha foi construída pelas jovens, com o objetivo de conscientizar sobre a importância da luta contra as violências e sobre a necessidade de reconhecer os espaços das mulheres quilombolas na sociedade e nas lutas. As jovens escolheram mulheres que são referências para elas e também protagonizaram a campanha.

Para entender como o orçamento pode garantir políticas públicas para enfrentar a violência contra as mulheres, acesse:



## O CAMINHO SE FAZ CAMINHANDO

O percurso descrito até aqui materializa fragmentos dos quatro anos de encontros, diálogos e trocas. As cosmologias indígenas e quilombolas nos ensinam que os ciclos se iniciam e se reiniciam, sempre tendo muito de passado e de ancestralidade e sempre contando com os novos seres e energias. Trata-se de um percurso que certamente deixará importantes marcas e saberes para os próximos! Direitos e sementes! É com isso que contamos!



CAPÍTULO 2.

# **OS CINCO PILARES DA METODOLOGIA ORÇAMENTO E DIREITOS**



# OS CINCO PILARES DA METODOLOGIA ORÇAMENTO E DIREITOS

O Inesc desenvolveu e entende a necessidade de manter o constante movimento de atualização da metodologia Orçamento e Direitos, que funciona a partir de cinco pilares, ou seja, os tijolos que estruturam o nosso olhar sobre o orçamento.

Vamos descrever os pilares assim como estão em nossa metodologia, mas, antes disso, você sabe o que é interseccionalidade?

## PILAR I

Financiamento do Estado com justiça fiscal.

## PILAR II

Uso máximo de recursos disponíveis para a realização de direitos.

## PILAR III

Realização progressiva dos direitos.

## PILAR IV

Não discriminação.

## PILAR V

Participação popular.

## VOCÊ SABE O QUE É INTERSECCIONALIDADE?

A interseccionalidade é uma lente que nos permite enxergar o cruzamento de opressões que se entrelaçam e se influenciam mutuamente em uma rede de desigualdades.

Trata-se de um conceito que foi pensado por uma mulher negra, ativista pelos direitos civis e professora de direito norte-americana, chamada Kimberlé Crenshaw. E, mesmo antes do nascimento do referido conceito, várias intelectuais negras brasileiras, como Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Luiza Bairros e Sueli Carneiro, já

discutiam sobre como as relações entre gênero, raça e classe andam juntas na lógica colonial que oprime nosso mundo.

Apesar do nome difícil, a interseccionalidade nos ajuda a entender os cruzamentos do jogo das opressões, pois as discriminações não são fixas, uma vez que elas se entrelaçam e se influenciam ao mesmo tempo.

Se olharmos para esse emaranhado de opressões como uma encruzilhada, veremos vários caminhos que se encontram. As ruas, as avenidas e os trajetos são os marcadores sociais que hierarquizam o poder, por meio de violentos processos de dominação e discriminação, como



os de raça, gênero e classe. Essas “ruas de opressões” são diferentes entre si, mas, por vezes, se cruzam e se sobrepõem sobre uma mesma população ou sujeitos.

As violências que nos atravessam nesses caminhos dependem de quem somos e de como nossos corpos são lidos nesse jogo desigual, pois cada pessoa possui uma história única, com características e identidades diversas, marcadas por essas categorias de gênero, raça, classe social, etnia, religião, tradição, orientação sexual e afins.

Quando colocamos a lente da interseccionalidade nos nossos olhos, percebemos que as trajetórias de mulheres negras, quilombolas e indígenas passam por cruzamentos diferentes daqueles

das mulheres brancas, apesar de todas sofrerem com o machismo e a misoginia. As vidas das mulheres indígenas e quilombolas são atravessadas pela violência de gênero, pelo racismo e pela luta cotidiana contra a invasão dos seus territórios sagrados.

As encruzilhadas são lugares de poder. Olhar para a realidade de forma interseccional nos permite lutar por políticas públicas que sejam mais eficientes no combate às opressões. Neste sentido, pensar sobre o orçamento público, por meio dessa perspectiva, é essencial para avaliarmos se as despesas estarão reduzindo ou ampliando desigualdades.

**AGORA, VAMOS AOS PILARES!**

## PILAR I

### FINANCIAMENTO DO ESTADO COM JUSTIÇA FISCAL

O Estado deve distribuir a carga tributária entre todos os segmentos de uma nação de maneira justa, cobrando menos de quem ganha menos e cobrando mais de quem ganha mais. Isso se chama sistema tributário progressivo.

O Brasil possui um sistema tributário regressivo, ou seja, taxam-se menos os ricos e mais os pobres, razão pela qual é um dos países que menos taxam herança e patrimônio no mundo.

### EXEMPLO DE INJUSTIÇA FISCAL NO ORÇAMENTO PÚBLICO BRASILEIRO:

As mulheres negras pobres pagam proporcionalmente mais impostos do que outros grupos sociais no Brasil: no grupo que ganha até 1 salário mínimo, elas comprometem 32% de sua renda com impostos indiretos (consumo), enquanto os homens brancos que estão entre os 10% mais ricos, com rendas entre 5 a 400 salários mínimos, gastam 21% da sua renda em tributos (Fonte: Inesc/Oxfam, 2014).

### \*PERSPECTIVA INTERSECCIONAL:

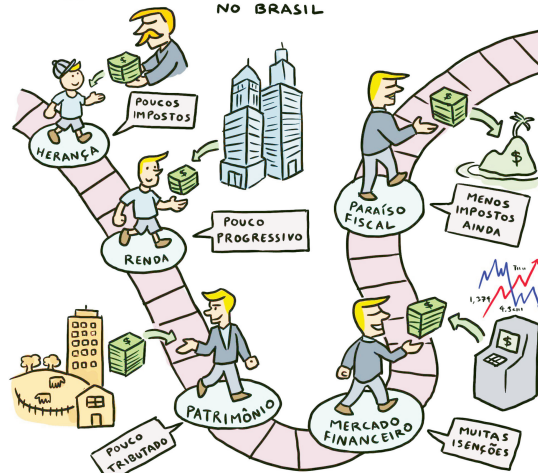
em um país desigual e racista como o Brasil, o sistema tributário regressivo atinge diretamente as mulheres negras.

### A POLÍTICA FISCAL NUNCA É NEUTRA EM RELAÇÃO ÀS DISCRIMINAÇÕES



gazetinha da guanabara

### O JOGO FÁCIL DOS RICOS COMO OS RICOS PAGAM POUCOS IMPOSTOS NO BRASIL



gazetinha da guanabara

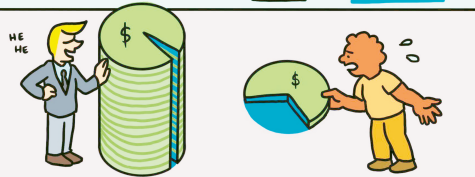
### POR UMA TRIBUTAÇÃO PROGRESSIVA



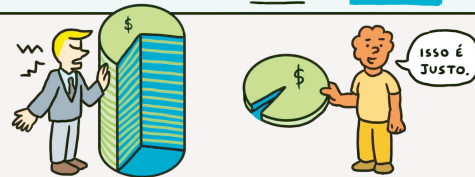
gazetinha da guanabara

### IMPOSTOS REGRESSIVOS X IMPOSTOS PROGRESSIVOS

COM IMPOSTOS REGRESSIVOS, QUEM GANHA MAIS PAGA UMA PORCENTAGEM MENOR DE IMPOSTOS.



COM IMPOSTOS PROGRESSIVOS, QUEM GANHA MAIS PAGA UMA PORCENTAGEM MAIOR DE IMPOSTOS.



gazetinha da guanabara

## O FINANCIAMENTO DO ESTADO COM JUSTIÇA FISCAL, SEGUNDO A JUVENTUDE QUILOMBOLA

Oi! Vou falar sobre uma coisa chamada “financiamento do Estado com justiça fiscal” e como isso pode afetar nossa comunidade quilombola. Sabe, o Estado é como o “governo grande”, que ajuda a cuidar das coisas importantes na nossa região, como escolas, estradas e hospitais.

O “financiamento” é como o dinheiro de que o Estado precisa para fazer essas coisas. Agora, “justiça fiscal” é uma ideia muito legal. Lembra quando nós nos dividimos para plantar a roça? Cada um de nós colocou um pouco de esforço e, no final, colhemos juntos. A justiça fiscal é parecida com isso. É sobre todo mundo contribuir de acordo com o que pode, para que todos tenham aquilo de que precisam.

Agora, o que isso significa para nós, quilombolas? Imagine que o Estado arrecada dinheiro dos

impostos, mas só o utiliza em algumas cidades e se esquece das nossas necessidades. Isso não seria justo, certo? Justiça fiscal é como a gente se unindo para falar: “Ei, nós também fazemos parte disso e nossas necessidades são importantes!”.

Se o dinheiro do Estado for usado com justiça, poderíamos ter mais apoio para as nossas escolas, para melhorar nossa saúde e para cuidar da nossa terra. Assim como nós ajudamos uns aos outros na comunidade, a justiça fiscal é sobre o Estado ajudar todas as comunidades de forma igual.

Lembra quando todos nós contribuimos para construir a estrada mais perto, que ligava a comunidade de Vão do Moleque ao Engenho II? Isso é um pouco parecido. Se todos fazem a sua parte, conseguimos fazer coisas boas juntos. É isso o que a justiça fiscal quer: que todos contribuam de forma justa para que possamos construir um lugar melhor para nós e para as futuras gerações.

## PILAR II

### USO MÁXIMO DE RECURSOS DISPONÍVEIS PARA A REALIZAÇÃO DE DIREITOS

Este pilar detalha a obrigação dos Estados nacionais comprometidos com o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) em aplicar o máximo dos recursos arrecadados pelos governos em políticas que promovam os direitos.

O Brasil gasta bilhões com incentivos fiscais para grandes empresas e corta gastos sociais com a justificativa de manter o equilíbrio das contas.

#### EXEMPLO DE USO MÁXIMO DE RECURSOS DISPONÍVEIS PARA A REALIZAÇÃO DE DIREITOS:

- A Lei nº 12.858/2013 traz a garantia legal de que 75% dos royalties do Pré-Sal sejam destinados à educação e 25% à saúde.
- A referida lei foi extinta pelo Congresso Nacional e, em seu lugar, aprovou-se o PL nº 209/2015, que cortou pela metade os recursos para a educação e a saúde.

#### \*PERSPECTIVA INTERSECCIONAL:

embora a classe média branca também utilize o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Público de Educação, é a população negra e indígena que mais acessa essas políticas de forma exclusiva, sendo, portanto, a mais impactada pelos cortes.

## **USO MÁXIMO DE RECURSOS DISPONÍVEIS PARA A REALIZAÇÃO DE DIREITOS. SEGUNDO A JUVENTUDE QUILOMBOLA**

Olá! Vou falar sobre “uso máximo de recursos disponíveis para a realização de direitos” e como isso se relaciona com a nossa vivência aqui no quilombo Kalunga. Sabe, nós sempre aprendemos a usar o que temos da melhor maneira possível, certo? É um pouco parecido com isso.

O “uso máximo de recursos” significa fazer o melhor proveito possível das coisas que temos à nossa disposição, como nossa terra, nossa cultura e nossa união. É como quando colhemos os alimentos da roça e usamos tudo, desde as raízes até as folhas, para garantir que nada seja desperdiçado.

Agora, “realização de direitos” é sobre ter as coisas que merecemos e que são importantes para nós. É como nosso direito de ter uma educação boa, de ter acesso à saúde e de viver com dignidade na nossa comunidade.

Aqui, no quilombo Kalunga, nós sempre trabalhamos juntos para cuidar da nossa terra, manter nossas tradições vivas e ajudar uns aos outros. Quando usamos os recursos disponíveis da melhor forma possível, como usar a água com sabedoria ou cuidar das nossas plantas medicinais, estamos garantindo que todos possam desfrutar dos benefícios.

Pense nisso como quando usamos cada parte do animal que caçamos, para não desperdiçar nada e ter comida para todos. Assim, quando usamos bem nossos recursos, podemos garantir que nossos direitos sejam respeitados e que nossa comunidade continue forte e saudável. É como a nossa tradição de compartilhar, cuidar da terra e respeitar uns aos outros. Quando usamos o máximo dos recursos que temos para garantir nossos direitos, estamos construindo um futuro melhor para todos nós e para as próximas gerações do quilombo.

## PILAR III

### REALIZAÇÃO PROGRESSIVA DOS DIREITOS

Os direitos devem, ano a ano, ser progressivamente realizados por meio de políticas públicas universais e inclusivas.

Os direitos devem ser ampliados ano a ano. Isso quer dizer aumentar os recursos investidos, mas também ampliar os públicos atendidos ou a extensão dos direitos promovidos pelas políticas públicas.

Em 2015, o Brasil estabeleceu o teto de gastos, que limitou o gasto social. Agora, em 2023, foi feito o “novo arcabouço fiscal”, que também limita os gastos públicos, impedindo a realização progressiva dos direitos.

#### EXEMPLO DE REALIZAÇÃO PROGRESSIVA DE DIREITOS:

No Brasil, quase toda a população em idade escolar tem vaga em escolas públicas. O passo seguinte para realizar o direito à educação seria o investimento do Estado para a ampliação dessas vagas, até que atendessem todas as pessoas que delas necessitem. Além disso, o Estado deve investir em educação de qualidade.

#### \*PERSPECTIVA INTERSECCIONAL:

outro exemplo sobre regressão na realização de direitos refere-se aos cortes na educação pública superior, quando os estudantes negros, quilombolas e indígenas perderam as bolsas de permanência devido ao Teto de Gastos, já que esta política pública não estava dentro do gasto obrigatório da educação.

## A REALIZAÇÃO PROGRESSIVA DOS DIREITOS, SEGUNDO A JUVENTUDE QUILOMBOLA

Se a gente fosse mudar o título, a gente colocaria assim: acesso contínuo e garantia de políticas públicas, o que quer dizer que o contínuo seja garantido e que sejam garantidas essas políticas, que chegam até nossas comunidades. Acho que a melhor forma que a gente explicaria este pilar seria com exemplos dentro da comunidade.

Um exemplo que eu tenho é a colheita da mangaba. Atualmente, está sendo feito um projeto de recolher a mangaba, porque ela não está sendo vendida no valor que realmente deveria ser vendida. É feito um recolhimento de quem está fazendo a coleta e, por ano, eles recebem um valor acima disso. Todo ano, está sendo garantida essa política, ou seja, o terceiro pilar está sendo garantido na minha comunidade.

Tipo: como é que eu chegaria a explicar para a minha avó, por exemplo: a gente tem que explicar coisas que já são da realidade deles, tipo Bolsa Família. É um direito que é progressivo e contínua. Então, eu explicaria que o terceiro pilar fala de uma política pública que tem que ser contínua, como, por exemplo, o Bolsa Família.

## PILAR IV

### NÃO DISCRIMINAÇÃO

O orçamento não deve reforçar discriminações de gênero, raça, etnia, geração e condição, mas sim promover os direitos de grupos mais vulnerabilizados pelas desigualdades decorrentes de processos históricos e atuais.

Apesar de todos os ataques sofridos pelas populações indígenas e quilombolas na história do Brasil, pouco tem sido investido para, de fato, enfrentar os problemas sociais por elas enfrentados.

#### EXEMPLO DE DISCRIMINAÇÃO NO ORÇAMENTO PÚBLICO:

- Entre 2014 e 2018, os recursos para políticas de promoção da igualdade racial sofreram cortes de 85%.

#### \*PERSPECTIVA INTERSECCIONAL:

é preciso pensar em políticas públicas que olhem para as desigualdades raciais e de gênero de forma a superá-las e não reforçá-las, em direção a uma sociedade realmente igualitária.



## **A NÃO DISCRIMINAÇÃO, SEGUNDO A JUVENTUDE QUILOMBOLA**

Esquete de teatro realizado pelos jovens na oficina de Salvador (BA).

Em uma oficina de teatro realizada em Salvador, Bahia, um grupo de jovens apresentou um esquete que abordava a não discriminação, focando na perspectiva da juventude quilombola.

A apresentação começa com a introdução das personagens. Luiza é retratada como uma jovem branca de 17 anos que vive em Alphaville, um bairro rico de Salvador, com pais bem-sucedidos. Ela frequenta a escola Dois de Julho, uma das melhores da cidade, e tem todas as suas necessidades atendidas.

Brenda, por outro lado, é uma garota negra e quilombola. Ela teve que deixar seu território para estudar e viver com uma tia na cidade. Além de estudar, Brenda trabalha e ajuda nas tarefas domésticas para contribuir com sua família.

O narrador jovem utiliza um jogo do privilégio para destacar as diferenças entre Luiza e Brenda. Com perguntas direcionadoras, ele pede que as personagens deem passos à frente ou permaneçam no lugar com base em suas realidades. As questões abordam temas como acesso a transporte, oportunidades de estudar para o vestibular, responsabilidades familiares e poder aquisitivo.

A plateia se envolve e faz perguntas adicionais. Uma pessoa pergunta sobre o acesso à educação familiar ao longo das gerações, quando fica claro que Luiza tem vantagens significativas em comparação com Brenda.

Este esquete teatral ilustra de forma vívida e compreensível as disparidades entre jovens de diferentes origens sociais e raciais. Ao explorar as realidades de Luiza e Brenda, ela traz à tona questões de privilégio, discriminação e desigualdade, incentivando a reflexão sobre as lutas enfrentadas pela juventude quilombola na busca por igualdade.

## PILAR V

### PARTICIPAÇÃO POPULAR

Quesito que deve estar presente no desenho de todas as políticas e no orçamento, para assegurar a transparência e o controle social. A participação permite que a sociedade possa dar opinião sobre as ações dos governos que chegam aos territórios. Os espaços de participação tornam possível o diálogo entre gestores, servidores e usuários da política pública.

- Em 2019, a Portaria nº 524 extinguiu conselhos, comitês, comissões e grupos de trabalho. O Supremo Tribunal Federal (STF) limitou a medida, garantindo a permanência dos conse-

lhos previstos em lei. No entanto, a medida representou mais de 500 conselhos fechados em todo o País. Neste ano de 2023, os conselhos estão sendo reestruturados, a fim de garantir a participação social, por meio destes importantes espaços conquistados.

#### \*PERSPECTIVA INTERSECCIONAL:

Os espaços de participação precisam ter pessoas negras, mulheres, quilombolas e indígenas em sua composição, para garantir a representatividade nas vozes da participação.

#### INSTRUMENTO DE CONTROLE SOCIAL 1



gazetinha da guanabara

#### INSTRUMENTO DE CONTROLE SOCIAL 2



gazetinha da guanabara

## A PARTICIPAÇÃO POPULAR. SEGUNDO A JUVENTUDE QUILOMBOLA

Na Região Nordeste, os jovens quilombolas mostraram o seu comprometimento com a participação popular quando organizaram um diálogo sobre o Plano Plurianual (PPA), usando o teatro como meio de expressão. Criaram personagens como “o quilombola”, “o prefeito” e “o empresário”, além de uma “eleição sobre temas prioritários”. Com isso, obtiveram resultados positivos.

A sessão começa com uma explicação sobre a importância do PPA, um plano que orientará os próximos quatro anos de governo, abordando a gestão de recursos e estratégias. A participação da comunidade é fundamental para construir um plano inclusivo e favorável ao desenvolvimento.

Os jovens organizam uma votação sobre temas prioritários. Opções como sistemas de cotas, saúde e direitos territoriais são levantadas, refletindo as preocupações da comunidade. Também surgem outros tópicos, como concursos públicos para quilombolas, serviços públicos e educação.

A discussão se aprofunda na autonomia da comunidade na tomada de decisões e na necessidade do poder público de levar suas vozes em consideração. São identificados órgãos e entidades, como o Ministério da Educação e as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, que precisam ser acionados para implementar as políticas públicas.

Os jovens reconhecem que a ação começa em nível local, envolvendo a juventude da comunidade e articulando suas demandas. A regularização fundiária surge como uma questão complexa, com a necessidade do envolvimento das autoridades municipais, da saúde e da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq).

Sugere-se a criação de uma Secretaria Nacional de Saúde Quilombola, similar à existente, para os povos indígenas, a fim de fortalecer os cuidados de saúde nas comunidades. Pelo teatro e pelo diálogo aberto, os jovens quilombolas demonstram sua dedicação à participação cidadã, realçando a importância de construir políticas públicas que atendam às necessidades da comunidade e promovam o seu bem-estar.

CAPÍTULO 3.

# AS TRÊS LEIS ORÇAMENTÁRIAS



# AS TRÊS LEIS ORÇAMENTÁRIAS

(PPA, LDO E LOA)

As três leis orçamentárias são elaboradas pelo Executivo e aprovadas pelo Legislativo, nos três níveis de governo - União, Estados e Municípios.

## 1. PLANO PLURIANUAL (PPA)

É o planejamento das políticas públicas, de modo a definir as estratégias, os programas e as metas do governo por um período de quatro anos. É elaborado no primeiro ano de mandato do chefe do Poder Executivo e vale do ano seguinte até o primeiro ano de mandato do próximo governante.

**ATENÇÃO!**  
**O ORÇAMENTO BRASILEIRO AUTORIZA, MAS NÃO OBRIGA!**

O orçamento brasileiro é autorizativo e não impositivo, ou seja, o Congresso Nacional autoriza as despesas para o ano, o que quer dizer que o planejamento de receitas e gastos não obriga que eles sejam realizados. Não há garantia de que os programas previstos no PPA vão mesmo sair do papel. Mesmo assim, é importante que as estratégias, os programas e as metas voltados para a realização de direitos estejam lá, já que o que não aparece no PPA também não poderá ser realizado pelo Executivo depois. Após a aprovação do Plano Plurianual, ele servirá de referência para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).

## 2. LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)

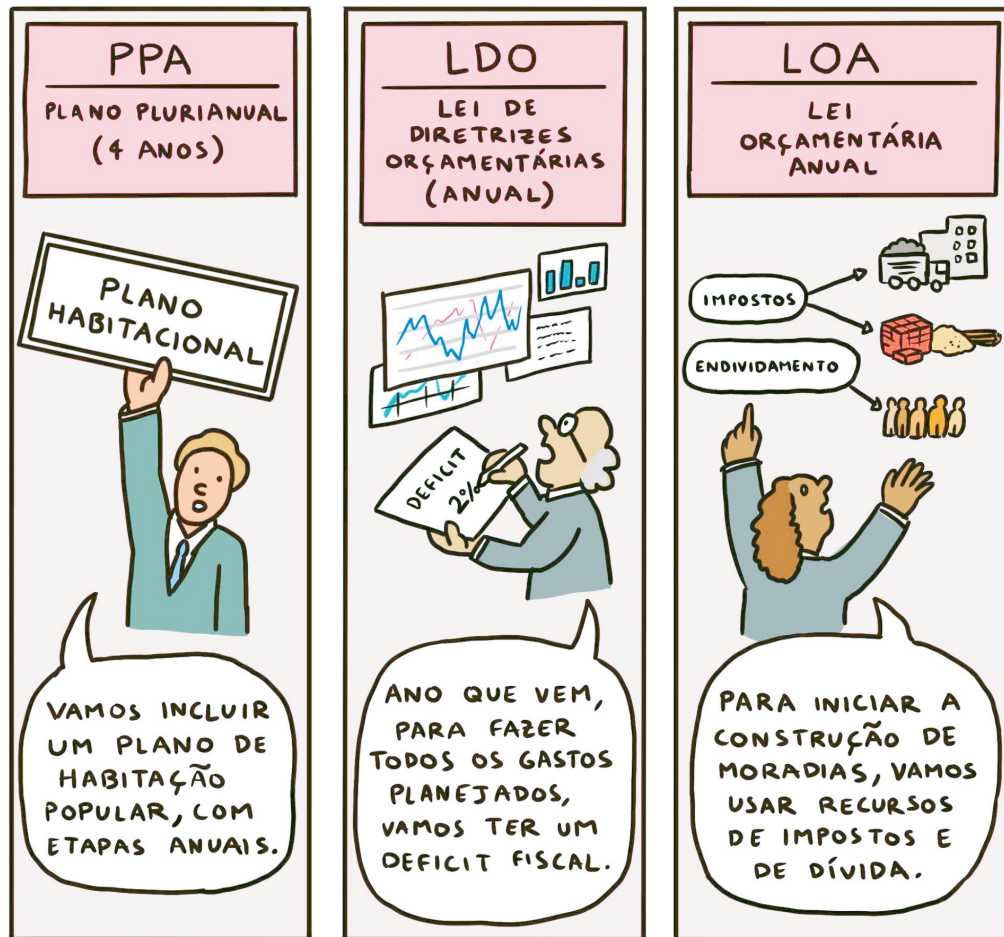
Complementa o planejamento, de maneira a indicar as prioridades e metas do governo para cada ano, bem como os cenários macroeconômico e fiscal que permitem a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA). Tendo como base os programas e as ações definidos pelo PPA, a situação econômica e a previsão de recursos disponíveis, a LDO define as prioridades do governo para o próximo ano, isto é, os programas e projetos que estão em primeiro lugar na fila para receber verbas no ano seguinte.

## 3. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)

Tem o objetivo de estimar a receita disponível e a previsão de despesas para o orçamento do ano seguinte, distribuindo o orçamento para cada um dos programas e ações. Todas as receitas públicas, inclusive suas fontes, devem estar discriminadas na LOA. Assim, nenhum gasto poderá ser efetuado sem que os recursos estejam devidamente previstos na LOA.

É na LOA em que vemos quais são as prioridades de fato do governo, já que ali saberemos quanto recurso se pretende investir em cada política. Em seu planejamento, o Executivo decide como e onde vai aplicar os recursos públicos. É nessa hora que o prefeito, o governador e o presidente definem quais promessas feitas na campanha eleitoral serão atendidas no ano seguinte. O Governo Federal, assim como cada estado e município, cria sua LOA.

## AS 3 LEIS ORÇAMENTÁRIAS



gazetinha da guanabara

### TECER DE CASA: O ORÇAMENTO NO TERRITÓRIO

Busque uma matéria de jornal sobre um acontecimento em sua região ou sobre alguma política pública que chegou à comunidade (ou que não chegou, mas deveria!).

O que entendemos do que lemos? Como o tema da matéria se relaciona com os problemas que vivemos nos nossos territórios?

Como essa matéria se relaciona com os cinco pilares?



## ENCONTROS

LEVE COM VOCÊ,

LEVE COM VOCÊ,

ME LEVE COM VOCÊ,

O TEMPO VAI TE DIZER.

PLANTAR UMA SEMENTE É ATIVAR OS MISTÉRIOS DO UNIVERSO,

POSSIBILITAR HERMOSOS ENCIENTROS.

ENCONTROS SÃO FEITOS DE VENTO: ENTÃO, FIQUE ATENTO, PORQUE PODE SER SUTIL.

ENCONTROS DE ALMA.

ENCONTRO NO OLHAR.

ENCONTRO NO SILÊNCIO DA CHUVA E DO MAR.

FIM DA CONVERSA NO BATE-PAPO.

Dandara Manoela

Dandara Manoela é cantora, compositora e intérprete. Quando criança, ela cantava na igreja, onde teve sua primeira formação musical, com aulas de teclado, canto em coral e contato com bandas. Profissionalmente, ela atua há três anos, desde que se mudou para Florianópolis (SC).

CAPÍTULO 4.

# ORÇAMENTO QUILOMBOLAS



# ORÇAMENTO QUILOMBOLAS

As comunidades quilombolas passaram a ter seus direitos reconhecidos na Constituição Federal de 1988, cujo Artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), estabelece o seguinte:

“Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos”.

A referida previsão constitucional foi regulamentada por meio do Decreto nº 4.887/2003, que define as competências específicas atribuídas aos órgãos governamentais para concretizar o citado direito, em especial ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), mas também ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), à Fundação Cultural Palmares e ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), entre outros.

Além dos direitos específicos, os/as quilombolas têm direito a todos os direitos universais, como saúde, educação, segurança alimentar e nutricional, cultura, acesso à água potável, entre outros. Tais direitos devem ser acessados por meio de políticas públicas que considerem a

diversidade cultural e a autodeterminação das comunidades.

Para que a política pública se realize na prática, é necessário haver orçamento, ou seja, recursos públicos.

Entre 2002 e 2015, avanços se fizeram sentir, com a formulação e a implementação de políticas públicas específicas nas áreas de segurança alimentar e nutricional e de desenvolvimento rural. Com isso, os/as quilombolas passaram a compor os Planos Plurianuais como sujeitos de direitos. Assim, muitas de suas demandas apresentadas em conferências nacionais integram os citados planos.

Nos últimos anos, porém, o que se viu foi o desmonte das políticas públicas voltadas para as comunidades quilombolas, que foram retiradas do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, em um flagrante ato de racismo institucional.

O orçamento quilombola precisa considerar o território como um todo, as pessoas que vivem lá, a educação, a saúde, a produção local, as tradições culturais, as crianças, os jovens, os idosos, o trabalho e a alimentação de qualidade.

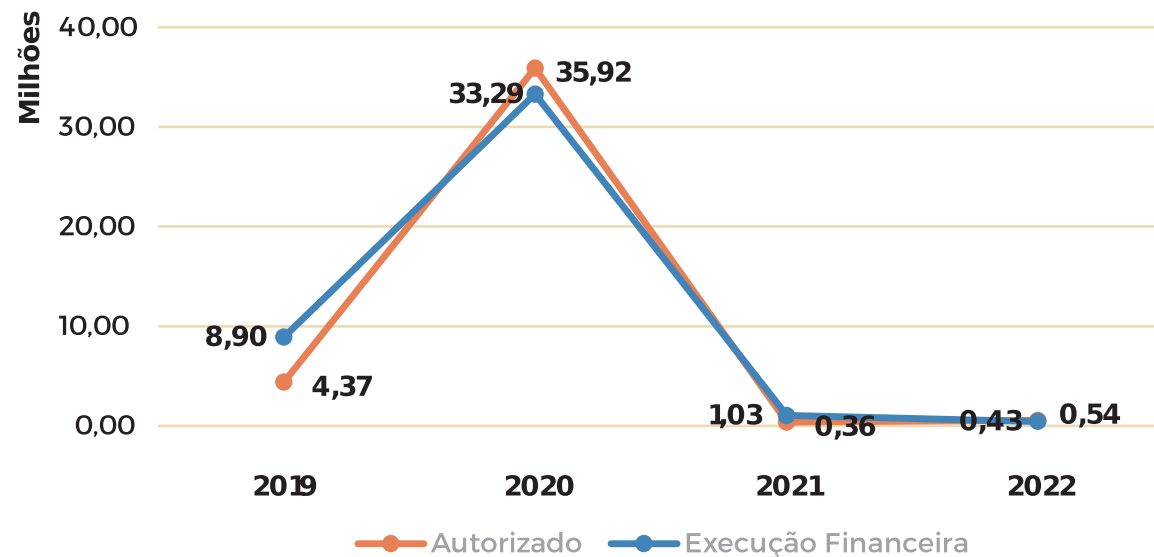
VAMOS VER UM EXEMPLO DO QUE ACONTECEU COM O ORÇAMENTO EM QUATRO ANOS? COMO VOCÊ LÊ O GRÁFICO A SEGUIR?

## REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Para efetivar o direito à terra e aos territórios, o governo não aportou recursos suficientes. Hoje, são 1.802 processos no Incra, em todo o Brasil.

O gráfico 1 apresenta a evolução da execução financeira para a Ação 210Z: “Reconhecimento e indenização de territórios quilombolas”, nos últimos quatro anos.

GRÁFICO 1



### COMO LER O GRÁFICO?

- Em 2019, foram executados R\$ 8,9 milhões.
- Em 2020, foram executados R\$ 33,2 milhões. O aumento se deu devido a uma decisão judicial, que determinou o pagamento de indenização das benfeitorias e de terras aos ocupantes de imóveis em áreas reconhecidas para comunidades quilombolas.

- Em 2021, foi executado R\$ 1,03 milhão.
- Em 2022, a execução ficou em apenas R\$ 432,8 mil, de um montante autorizado de apenas R\$ 537 mil, um recurso a ser repartido entre os setores do Incra responsáveis de todos os estados do Brasil.

## DE OLHO NOS PRÓXIMOS QUATRO ANOS!

Em 2023, o Governo Federal lançou medidas para reconstruir as políticas públicas para as comunidades quilombolas: o Programa Aquilomba Brasil.

O nosso papel, agora, é monitorar se as políticas públicas estão sendo implantadas e se estão garantindo direitos!

## ALGUMAS RECOMENDAÇÕES DO INESC

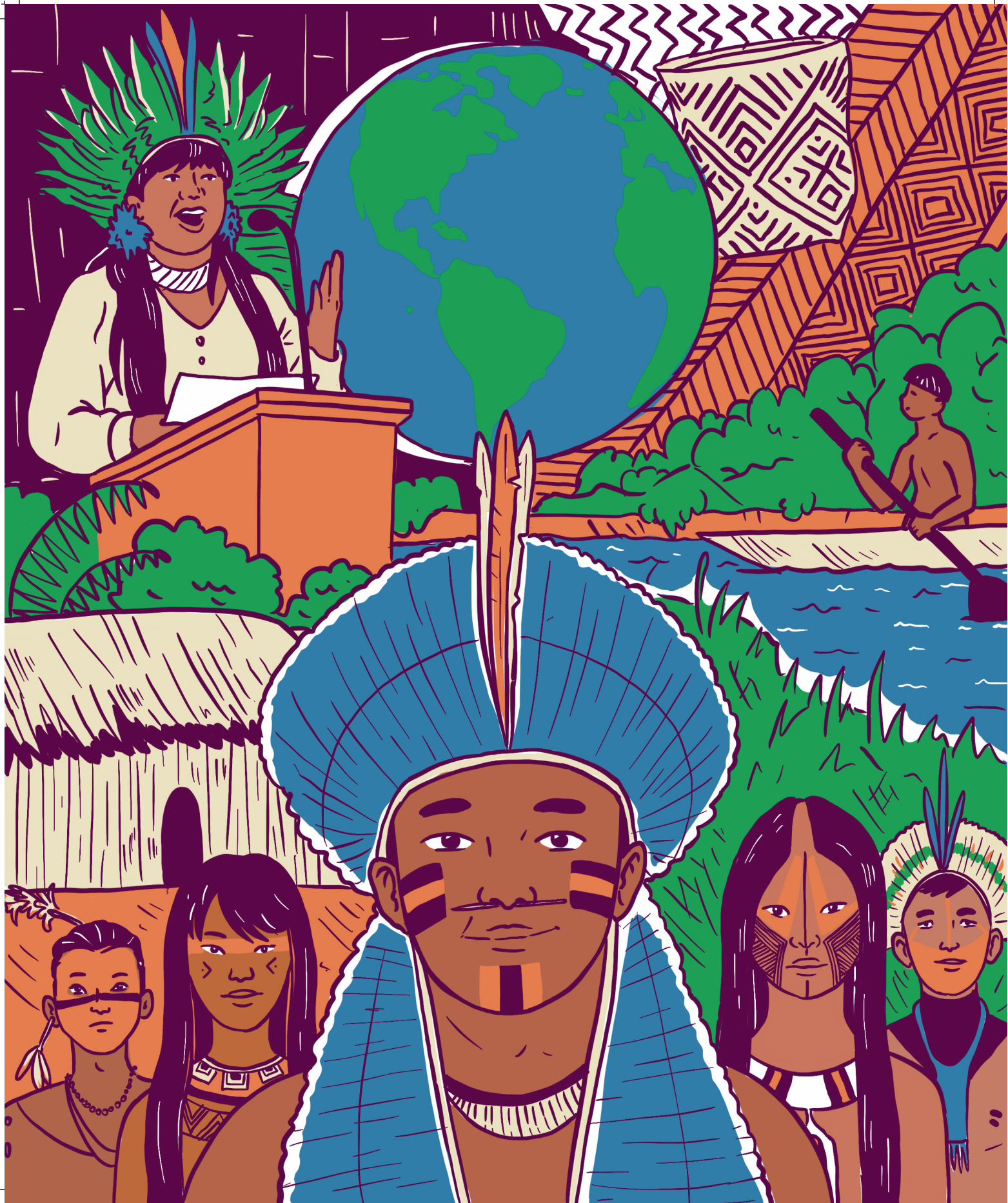
- Inserir a política para os territórios quilombolas no PPA 2024-2027 de forma estruturada, intersetorial, com metas e indicadores nítidos e monitoráveis (Programa Aquilomba Brasil).
- Aumentar expressivamente os recursos para a regularização fundiária, considerando a diversidade regional e populacional das comunidades e fortalecendo os setores das coordenações regionais do Incra responsáveis pela temática, com o objetivo de efetivar os processos de titulação.
- Garantir a consulta livre, prévia e informada na instalação de empreendimentos nas comunidades.
- Implementar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012).
- Promover a participação de acadêmicos e professores quilombolas na implementação das políticas de educação quilombola.
- Alocar recursos específicos para efetivar a Lei nº 10.639/2003, com o objetivo de educar a população para o antirracismo desde a escola, de modo que estejam presentes a valorização da cultura da resistência e as contribuições das comunidades quilombolas para a formação do Brasil.
- Garantir recursos para a bolsa-permanência dos estudantes quilombolas universitários e da pós-graduação.
- Garantir recursos para a segurança alimentar e nutricional das comunidades, com apoio para a produção rural local: acesso ao crédito, assistência técnica e extensão rural e comercialização.
- Garantir o acesso à saúde para todas as comunidades, respeitando as práticas culturais locais.
- Continuar a política de saneamento rural quilombola, com maior transparência dos gastos.



CAPÍTULO 5.

# ORÇAMENTO INDÍGENA





# ORÇAMENTO INDÍGENA

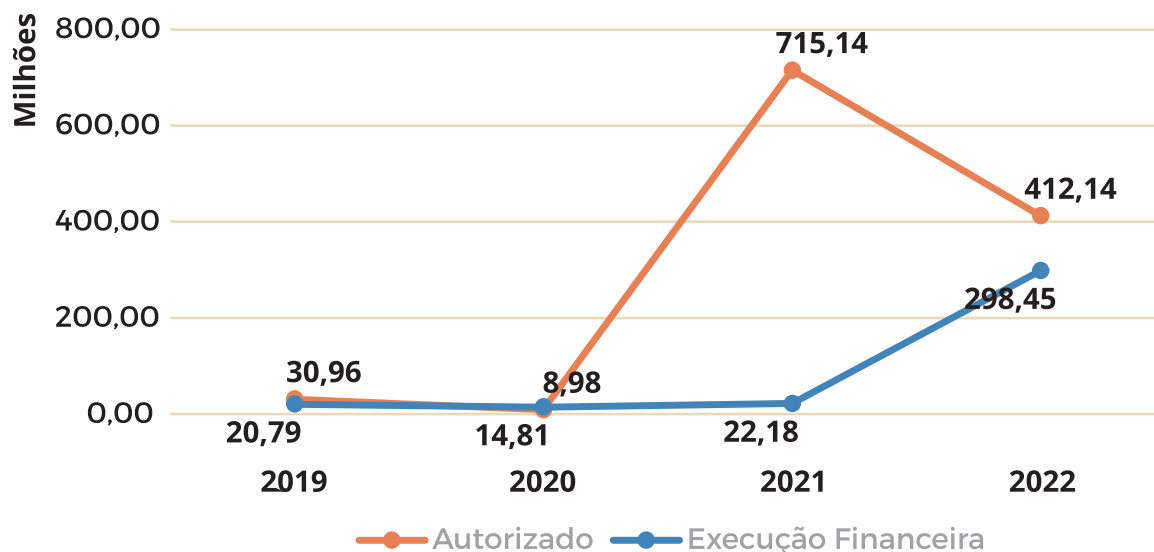
Foiçada no pescoço da Funai” e “nenhum centímetro de terra demarcada” são expressões proferidas por Jair Bolsonaro antes mesmo de ser eleito presidente. Promessas de campanha que foram cumpridas ao longo dos últimos quatro anos. Se é bem verdade que diversos setores da sociedade brasileira estiveram na mira do governo anterior, sem dúvida os povos indígenas e seus aliados estavam entre os seus alvos principais. O compromisso do Executivo Federal com o enfraquecimento dos direitos territoriais indígenas se deu em diversas frentes e seus efeitos são ainda difíceis de ser dimensionados.

Quando olhamos para o orçamento das políticas indigenistas nos quatro anos da gestão Bolsonaro, podemos ver mais um mecanismo do projeto de transformação da Funai em um órgão “anti-indígena”, como afirmamos em outra publicação. É importante olhar os números com atenção: muitas vezes, não se trata apenas de ver o quanto foi investido, mas também como esse recurso foi utilizado. Além disso, há uma nova informação muito importante: a divulgação do Censo 2022. A população indígena saltou de 900 mil em 2010 para 1,6 milhão em 2022. Trata-se de um grande crescimento populacional de 78% em pouco mais de 10 anos, o que deveria ser acompanhado do aumento proporcional do orçamento investido em políticas públicas específicas. Não foi bem isso o que aconteceu.

## A FUNAI NO GOVERNO BOLSONARO

Com o fim do ciclo Bolsonaro/Marcelo Xavier (o policial federal que foi presidente da Funai durante o governo Bolsonaro), podemos visualizar como a execução financeira da Funai foi caindo ao longo dos anos da gestão, até chegar ao patamar de R\$ 640 milhões (gráfico 2).

GRÁFICO 2



#### COMO LER O GRÁFICO?

• Em 2019, a Funai executou R\$ 754,21 milhões. Em 2022, o número já estava em R\$ 640,15 milhões. Ou seja, o órgão foi sendo cada vez mais esvaziado.

Tanto o orçamento autorizado quanto a execução financeira da Funai caíram sob o governo Bolsonaro - ainda que tenhamos vivido, ao menos entre 2020 e 2021, momentos dramáticos, com a chegada da pandemia do novo coronavírus às aldeias e, junto com ela, a chegada de créditos extraordinários para o órgão.

Sob o governo Bolsonaro, a Funai saiu dos insuficientes R\$ 838 milhões autorizados em 2019 para R\$ 647 milhões em 2022, uma queda, em termos reais, de 23%. A diminuição do recurso autorizado para o órgão tem efeito perverso e

vicioso: a Funai, sem a estrutura necessária para realizar as políticas pelas quais é responsável, com poucos recursos autorizados, tampouco consegue remontar sua estrutura, incorrendo em uma execução financeira que decresceu no período Bolsonaro.

A queda da execução financeira é utilizada como argumento para diminuir ainda mais os valores executados pelo órgão, o que, por sua vez, impede qualquer reestruturação. Com a declarada política de fragilização dos direitos indígenas, adotada pelo governo anterior, o resultado não poderia ter sido outro: entre 2019 e 2022, a execução financeira do órgão caiu de R\$ 754 milhões para poucos R\$ 640 milhões. Ou seja, são R\$ 114 milhões a menos ou uma queda, em termos reais, de 15% entre o início e o final do mandato.

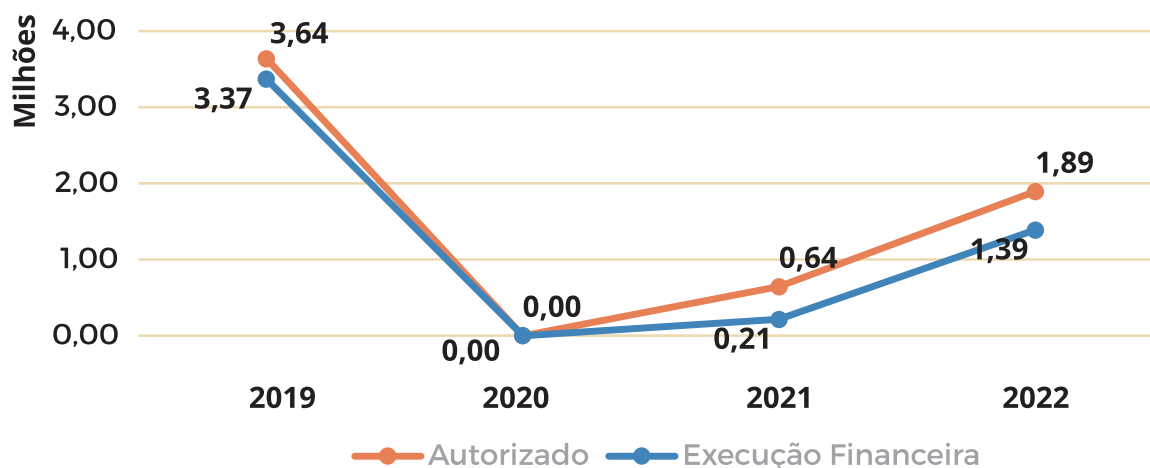
## A POPULAÇÃO INDÍGENA CRESCE, ENQUANTO A FUNAI DIMINUI

O quadro fica ainda pior quando consideramos o crescimento populacional indígena. Enquanto, em 2010, para atender uma população de 900 mil indígenas, a execução financeira do órgão chegou à casa de R\$ 808,68 milhões (com números atualizados pelo IPCA de janeiro de 2023), em 2022, para uma população de 1,6 milhão de indígenas, a execução financeira foi de R\$ 640,18 milhões. Ou seja, a população indígena cresceu 78%, enquanto a execução financeira do principal órgão indigenista caiu 21% em termos reais no mesmo período. Em poucas palavras, isso significa dizer que o

orçamento per capita da Funai caiu para menos da metade entre 2010 e 2022, como demonstramos no gráfico 3.

Também é grave o esvaziamento do quadro de servidoras(es) do órgão. De acordo com nota técnica da Funai, em 2010, a média de servidores por mil indígenas era de 2,59. Ao atualizarmos os dados a partir do Censo e do número de servidores ativos no órgão em 2023, a média caiu para 0,84 servidor para cada mil indígenas. Ou seja, em termos proporcionais, o número de servidores da Funai para cada mil indígenas caiu 68% no período, como demonstramos no gráfico 3.

GRÁFICO 3



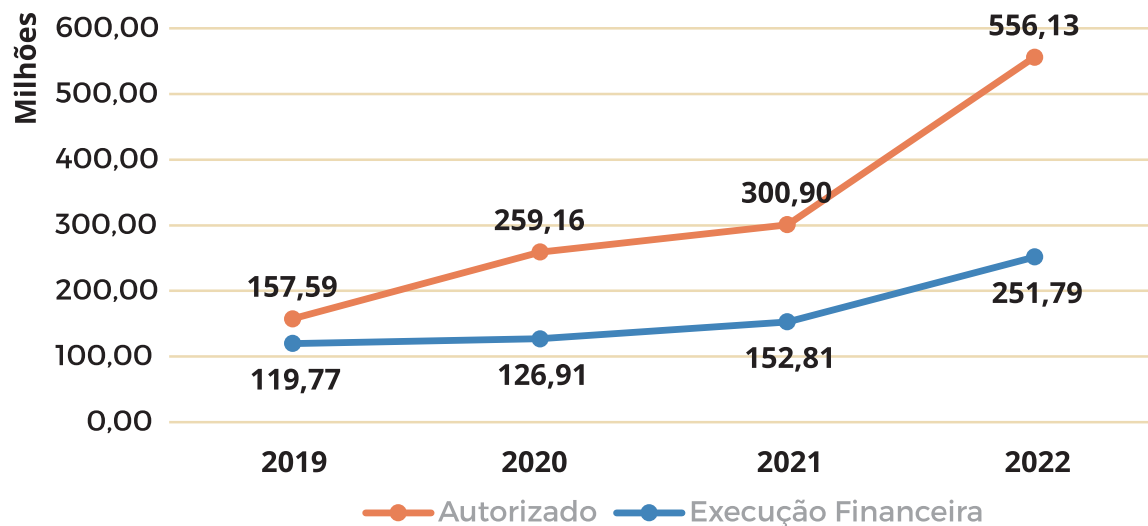
## SAÚDE INDÍGENA

A saúde indígena também sofreu ao longo da gestão Bolsonaro. Comandada sucessivamente por militares, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) do Ministério da Saúde, mesmo com o advento da pandemia do novo coronavírus, teve seus recursos diminuídos entre 2019 e 2022. O gráfico 4 demonstra a execução financeira da principal ação finalística do órgão (20YP).

Entre o primeiro e o último ano do governo Bolsonaro, a principal ação orçamentária da saúde indígena teve queda de cerca de R\$ 123 milhões

em seus valores autorizados e de cerca de R\$ 66 milhões em sua execução financeira. A queda da execução financeira da saúde indígena produz efeitos nefastos e de longo prazo, especialmente se considerarmos o quadro geral de corrosão dos direitos indígenas vivenciado nos últimos anos. Além do novo coronavírus, que atingiu 162 povos em todo o País, o incentivo à invasão das terras indígenas por grupos econômicos provoca epidemias diversas: da desnutrição ao aumento de doenças contagiosas. Neste sentido, o caso do genocídio Yanomami é expressão máxima dos efeitos do desmonte dos últimos quatro anos.

GRÁFICO 4



## DE OLHO NOS PRÓXIMOS QUATRO ANOS!

Tendo sido uma das principais vozes de oposição ao bolsonarismo, o movimento indígena e suas demandas ganharam destaque inédito na corrida presidencial. O comprometimento com a retomada da política indigenista ocupou espaço importante na campanha de Luiz Inácio Lula da Silva. Em diversas ocasiões, Lula reconheceu publicamente a importância dos povos indígenas e de seus direitos no enfrentamento da crise climática, assumindo o compromisso de defendê-los, inclusive internacionalmente.

Ao invés da “foiçada no pescoço da Funai”, Lula prometeu – e cumpriu – criar o Ministério dos Povos Indígenas (MPI). No lugar dos militares que comandaram os órgãos indigenistas, ativistas indígenas passaram a ocupar a chefia das instituições responsáveis pela política: Sonia Guajajara (MPI), Weibe Tapeba (Sesai) e Joenia Wapichana (Funai). No mesmo sentido, houve recomposição do orçamento da Funai e da Sesai para 2023, após negociações decorrentes da EC da Transição.

Mesmo assim, há muito o que fazer para que os compromissos assumidos por Lula ganhem contornos reais. Além da criação de um novo ministério dedicado à questão indígena, é necessário prover sua estrutura para que o MPI, a Funai e a Sesai efetivamente funcionem. Além de possibilitar que as lideranças finalmente ocupem o lugar de protagonismo na gestão e na elaboração das políticas que as afetam, é neces-

sário destinar recursos e quadro adequado de funcionários para tirar os direitos indígenas do papel. Avançamos, mas – em termos orçamentários – há ainda longas batalhas a serem travadas.

## ALGUMAS RECOMENDAÇÕES DO INESC

- Recompôr o orçamento da Funai, considerando o crescimento populacional indígena e os retrocessos de direitos vividos nos últimos quatro anos.
- Recompôr o quadro de servidores dos órgãos indigenistas.
- Aprovar e implementar o Plano de Carreira Indigenista.
- Reestruturar as instâncias de controle social da saúde indígena.
- Responsabilizar os agentes públicos envolvidos na política anti-indígena do governo Bolsonaro.
- Construir o Plano Plurianual para a política indigenista com base nas discussões e recomendações do movimento indígena e dos servidores especializados.
- Retomar e incrementar o financiamento de políticas garantidoras de direitos indígenas pela via da cooperação internacional e dos fundos climáticos.



CAPÍTULO 6.

# **INCIDINDO POR POLÍTICAS PÚBLICAS**





# INCIDINDO POR POLÍTICAS PÚBLICAS

## O PASSO A PASSO DA INCIDÊNCIA

### POR QUE INCIDIR?

A incidência política é uma ação realizada pela sociedade civil organizada, que busca influenciar:

- as instituições públicas;
- a formulação de políticas;
- a alocação de recursos.

O objetivo é alcançar uma mudança em prol de uma causa de interesse coletivo.

As organizações do campo democrático e popular organizam suas atividades de incidência em torno da defesa dos direitos humanos.

A incidência também tem caráter pedagógico, na medida em que intenta sensibilizar e mobilizar a sociedade para uma determinada causa.

A incidência depende do contexto político em que se realiza, pois o poder não é equitativo.

Muitas vezes, ela mesma amplia os espaços de participação social e diálogo entre a sociedade e o Estado, sendo um de seus princípios a democratização da política.

Por exemplo: a existência de Conselhos de Políticas Públicas, no Brasil, é fruto da incidência da sociedade civil organizada, quando da elaboração da Constituição de 1988.

### PARA REFLETIR QUAL É O NOSSO CONTEXTO POLÍTICO ATUAL?

Os setores empresariais também realizam incidência. Por isso, é preciso diferenciar a atuação das organizações em prol dos direitos humanos, sociais, culturais e ambientais, daquelas que buscam somente ampliar a capacidade de influência do mercado. Exemplos: *lobby* e conselhos empresariais.

Qual é a diferença entre a incidência das organizações de defesa de direitos (como os movimentos indígenas e quilombolas) e a incidência realizada por empresários e corporações?

### NÍVEIS DA INCIDÊNCIA:

- local, no território;
- municipal;
- estadual;
- nacional;
- regional (no país);
- regional (internacional);
- internacional.

## VAMOS VER AGORA UM PASSO A PASSO DE COMO REALIZAR UMA INCIDÊNCIA POLÍTICA!

### PASSO 1. PLANEJAMENTO

Primeiro, é necessário definir o tema ou a causa da incidência política.

Deve-se fazer o levantamento das atividades necessárias, compreendê-las no tempo, identificar os responsáveis e delimitar um resultado alcançável.

Além disso, é neste momento que devem ser identificados os recursos humanos e financeiros de que a organização ou a articulação dispõe para efetivar as atividades previstas.

As perguntas a serem respondidas nesta fase são as seguintes:

- O que queremos alcançar?
- Quem pode fazer acontecer?
- Quem precisa nos escutar?

### PASSO 2. ELABORAÇÃO DE CONTEÚDOS

Do que precisamos?

Para realizar a incidência política, é necessário ter informações que subsidiem o discurso político da causa que será defendida.

Tais conteúdos podem ser elaborados por meio de:

- pesquisa (ou parceria com instituições de pesquisa);
- documentação/fundamentação legal;
- documentação local (fotografias, vídeos, relatos de pessoas).



### PASSO 3. IDENTIFICANDO AS INSTITUIÇÕES

Neste momento, é preciso compreender a relação do objetivo a ser alcançado com quem pode, de fato, mudar a realidade.

#### OU SEJA: COMO PODEMOS FAZER PARA QUE, DE FATO, ESCUTEM?

O grupo que realizará a incidência deve, assim, buscar informações sobre:

- o processo legislativo;
- a política pública e o papel do Executivo;
- o papel do Judiciário e do Ministério Público;
- o mapa do poder (contexto, correlação de forças etc.).

#### ESTRATÉGIAS DE INCIDÊNCIA

- Espaços institucionais: conselhos, conferências, audiências públicas, reuniões com autoridades e gestores.
- Espaços não institucionalizados: mobilizações, marchas, jornadas.
- A imprensa e a mídia como aliadas estratégicas.

BRASIL



### Lideranças indígenas e quilombolas fazem ato por educação e defesa de territórios

A delegação permanecerá em Brasília durante toda a semana com o objetivo de dar seguimento as pautas do Acampamento Terra Livre 2019

Publicado em 04/06/2019 11h08

Laila Menezes/Cimi



"A educação superior é um direito e não deve ser abordado como privilégio de poucos", afirmam estudantes indígenas e quilombolas que estão em Brasília

8 de outubro de 2021



## PASSO 4. MOBILIZAÇÃO

Os passos 1, 2 e 3 irão revelar a estratégia de incidência política.

Agora, é necessário pensar na mobilização para a causa, que envolve tanto a busca por influenciar as instituições quanto a escolha do processo pedagógico de mobilização da sociedade. A pergunta a ser respondida aqui é outra.

### COMO ATUAMOS?

Este é o momento, então, de realizar as atividades de incidência a partir das estratégias acordadas no Plano de Incidência e no Plano de Comunicação:

- promovendo debates públicos;
- apresentando denúncias;
- participando de audiências públicas;
- lançando uma campanha, falando com a imprensa;
- realizando mobilizações de rua.

## PASSO 5. AVALIAÇÃO

Neste momento, é necessário responder a outra questão.

### ESTAMOS ALCANÇANDO O QUE QUEREMOS?

A avaliação regular do andamento das atividades de incidência é fundamental para medir a efetividade e realizar eventuais correções de rumo.



## INCIDINDO NO PPA

- O Plano Plurianual (PPA) é um plano, previsto na Constituição Federal, que tem por objetivo planejar as políticas públicas por quatro anos.
- Ele se inicia no segundo ano de mandato de um presidente e se prolonga até o final do primeiro ano do mandato de seu sucessor.
- O PPA deve considerar o Pacto Federativo entre a União, os estados e os municípios.
- O PPA deve apresentar programas, objetivos, metas e indicadores.
- É importante que os movimentos quilombolas e indígenas realizem incidência durante a elaboração dos PPA!

## COMO O PPA SE ORGANIZA?

O PPA se organiza por meio de programas, que devem responder às perguntas a seguir.

1. Qual é o problema a ser enfrentado (ou mitigado)?
2. Quais alternativas existem para combater o problema?
3. Quais são os resultados pretendidos pela intervenção? Ou seja, quais são os benefícios a serem auferidos pelo público-alvo?
4. Qual é o volume de recursos financeiros requeridos para a intervenção pública?
5. Qual é o órgão responsável no governo?

### EXEMPLO 1

#### 1. Qual é o problema a ser enfrentado (ou mitigado)?

Os povos indígenas precisam de atenção específica em saúde.

#### 2. Quais alternativas existem para combater o problema?

Estruturar políticas públicas de saúde indígena.

#### 3. Quais são os resultados pretendidos pela intervenção? Ou seja, quais são os benefícios a serem auferidos pelo público-alvo?

Que os indígenas tenham o seu direito à saúde garantido.

#### 4. Qual é o volume de recursos financeiros requeridos para a intervenção pública?

R\$ 3 bilhões.

#### 5. Qual é o órgão responsável no governo?

Ministério da Saúde.

Programa no PPA 2016-2019: Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

Exemplo de iniciativa presente no PPA: Reformar e/ou ampliar 26 Casas de Saúde Indígena (CASAI).

Neste exemplo, o número de casas é a meta a ser alcançada neste programa do PPA em quatro anos.

## EXEMPLO 2

### 1. Qual é o problema a ser enfrentado (ou mitigado)?

Os quilombolas precisam de saneamento básico nas comunidades.

### 2. Quais alternativas existem para combater o problema?

Estruturar políticas públicas de saneamento para quilombolas.

### 3. Quais são os resultados pretendidos pela intervenção? Ou seja, quais são os benefícios a serem auferidos pelo público-alvo?

Que os quilombolas tenham o seu direito à água garantido.

### 4. Qual é o volume de recursos financeiros requeridos para a intervenção pública?

R\$ 200 milhões.

### 5. Qual é o órgão responsável no governo?

Ministério da Saúde.

Programa no PPA 2016-2019: Saneamento básico.

Exemplo de iniciativa presente no PPA: Implantação, ampliação ou melhoria de ações de saneamento básico em 116 comunidades quilombolas, orientadas para a integralidade dos componentes.

Neste exemplo, o número de comunidades é a meta a ser alcançada neste programa do PPA em quatro anos.

## PPA PARTICIPATIVO

O Governo Federal criou algumas formas de participação na elaboração do PPA 2024-2027.

- Plenárias estaduais.
- Fórum Interconselhos.
- Plataforma Brasil Participativo.

Em agosto de 2023, o Governo Federal vai enviar o texto para ser discutido e aprovado pelo Congresso Nacional.

Depois, o presidente assina o documento e o PPA se torna uma lei!

## MONITORAMENTO NOS PRÓXIMOS QUATRO ANOS

Nos próximos quatro anos, os movimentos sociais e cidadãos/ãs poderão monitorar se o que está no plano está sendo cumprido pelo Governo Federal. Você, sua comunidade e o seu movimento podem cobrar os órgãos públicos, usando o PPA como instrumento de referência.

## PROGRAMAS PARA INDÍGENAS E QUILOMBOLAS NO PPA 2024-2027

### INDÍGENAS

#### PROGRAMA:

**Direitos Pluriétnicos Culturais e Sociais para a Cidadania e o Bem Viver dos Povos Indígenas.**

**DESCRIÇÃO:** reconhecer e efetivar os direitos pluriétnicos culturais e sociais dos povos indígenas, assegurando a preservação e a valorização dos seus saberes, das suas culturas, tradições, línguas e memórias, bem como o pleno exercício da cidadania e o acesso culturalmente adequado às políticas e aos serviços públicos de garantia dos direitos sociais, respeitando sua autodeterminação, sua pluralidade étnico-cultural e seu protagonismo na gestão das políticas públicas que lhes são afetas.

#### PROGRAMA:

**Demarcação e Gestão dos Territórios Indígenas para o Bem Viver, a Sustentabilidade e o Enfrentamento à Emergência Climática.**

**DESCRIÇÃO:** garantir aos povos indígenas o reconhecimento, a posse plena e a sustentabilidade dos seus territórios com usufruto exclusivo, assegurando plenas condições materiais de alcance do bem viver, a integridade do patrimônio indígena, o ambiente saudável, protegido e conservado e a soberania alimentar, bem como a justiça socioambiental e climática, respeitando sua autodeterminação, sua pluralidade étnico-cultural e seu protagonismo na gestão das políticas públicas que lhes são afetas.



## QUILOMBOLA

### **MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL**

**PROGRAMA:**  
**Promoção da Igualdade Étnico-Racial, Combate e Superação do Racismo.**

**DESCRIÇÃO:** promover a igualdade racial e combater o racismo, por meio da formulação, da execução, da articulação, do monitoramento, da governança interfederativa e da avaliação de políticas públicas transversais, intersetoriais e afirmativas de reconhecimento e de acesso a bens e direitos, com vistas a assegurar o bem-viver e a existência de instituições antirracistas e de uma sociedade justa, equitativa e democrática.

### **MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**

**PROGRAMA:**  
**Abastecimento e Soberania Alimentar.**

**DESCRIÇÃO:** ampliar a disponibilidade e o abastecimento de alimentos diversificados com base em sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, para a promoção da soberania alimentar.

**PROGRAMA:**  
**Governança Fundiária, Reforma Agrária e Regularização de Territórios Quilombolas e de Povos e Comunidades Tradicionais.**

**DESCRIÇÃO:** promover a governança fundiária, a reforma agrária, a regularização fundiária e o acesso à terra para agricultoras e agricultores familiares, assentadas e assentados da reforma agrária, indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais, assegurando a função social da terra, a inclusão produtiva e o bem viver dessas populações.

**PROGRAMA:**  
**Agricultura Familiar e Agroecologia.**

**DESCRIÇÃO:** fortalecer a agricultura familiar em sua diversidade e a agroecologia, promovendo a inclusão socioeconômica, com fomento à produção sustentável e à geração de renda, contribuindo para a promoção da segurança alimentar e nutricional e da vida digna, com a redução das desigualdades e a mitigação das mudanças climáticas.

## QUILOMBOLA

### **MINISTÉRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME**

**PROGRAMA:**  
**Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome.**

**DESCRIÇÃO:** promover a produção, a oferta, o acesso e o consumo de água e alimentos adequados e saudáveis, com base em sistemas alimentares sustentáveis, saudáveis e resilientes, priorizando os grupos populacionais vulnerabilizados e fortalecendo o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional.

**PROGRAMA:**  
**Enfrentamento da Emergência Climática.**

**DESCRIÇÃO:** fortalecer a ação nacional frente às alterações do clima, enfrentando os desafios da mitigação e da adaptação e promovendo a resiliência aos eventos climáticos extremos, viabilizando de forma transversal as oportunidades da transição para a economia de baixo carbono.

### **MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

**PROGRAMA:**  
**Bioeconomia para um Novo Ciclo de Prosperidade.**

**DESCRIÇÃO:** promover a transição para uma economia que estimule as cadeias de valor da biodiversidade, as soluções baseadas na natureza e o modo de vida e os conhecimentos dos povos e das comunidades tradicionais de forma inclusiva, com repartição justa e equitativa de seus resultados.



CAPÍTULO 7.

# CONTINUIDADE DAS CAMINHADAS



# CONTINUIDADE DAS CAMINHADAS

## PAPO DE ÁRVORE

Terminamos este ciclo de formações sendo conduzidos por uma viagem ancestral por nossas raízes. Colocamos nossos pés firmes no chão. Mentalmente, nós nos conectamos com nossas pessoas ancestrais, em uma tentativa de lembrar da importância de nossas raízes e de como é importante estabelecer as conexões entre as mais distintas raízes.

Trouxemos, então, um vídeo sobre como as árvores, nossas fontes de vida, conversam entre si por uma rede subterrânea de raízes, de rizomas.

Veja o vídeo a seguir e se inspire conosco.

 **FLECHA 2: O SOL E A FLOR**



## AUTOCUIDADO

Pedindo licença na chegada e agradecendo o momento de troca, caminhamos para o encerramento deste ciclo. Até aqui, construímos e partilhamos de chão seguro e comum, ainda que distantes e múltiplos, mas nós nos conectamos e nos reconhecemos.

Se a narrativa dominante sobre pessoas pretas e indígenas são para morte, adoecimento e desumanização, o autocuidado na vida desse grupo torna-se político, com o reconhecimento desse componente como parte da sua identidade espiritual, intelectual e ancestral.

Se o investimento de outros é para o fim de domínio, o acolhimento será sempre para novos recomeços comprometidos com a continuidade da defesa da liberdade e da manifestação das humanidades, usufruindo de seus direitos. Uma sensibilização a essa proposta foi apresentada ao grupo. Você pode fazê-la também, se isso lhe parecer bom.

## MEDITAÇÃO GUIADA

### MEUS PASSOS, RASTROS DOS MEUS PRIMEIROS, PEGADAS PARA OS ÚLTIMOS DE MIM

Sente-se de maneira confortável, de forma que seus pés consigam apoiar-se no chão.

Alinhe a coluna, deixe seus pés retos.

De olhos fechados, respire profundamente, vagarosamente, por três vezes.

Respire!

Sinta todo o seu corpo: pés, pernas, quadris, coluna, braços, ombros, mãos, rosto, cabeça.

Sinta seus órgãos internos e respire profundamente.

Alinhe a coluna, mantenha o exercício da respiração.

Diga mentalmente o seu nome completo e os nomes de seus avós, bisavós, tataravós...

Respire. Lembre-se do seu nome e da data do seu nascimento. Respire!

Com a presença da lembrança, com a memória dos seus primeiros, sinta seus pés.

Com gentileza, escolha um dos pés e inicie uma massagem.

Enquanto massageia seus pés, mantenha seu pensamento na história dos seus cuidadores, os primeiros de você.

Mentalmente, recorde-se da caminhada delas e deles.

Observe quando você se percebeu como continuidade dessa história, quando você se sentiu como parte da resistência, acolhendo a ciência dos mais velhos e do território, mas também observando novos saberes germinando a partir das suas próprias vivências.

Lembre-se de trocar o pé e seguir massageando.

Ao cuidar dos pés, você nutre e honra o passado, celebra o presente e ancora o futuro.

A grande conquista a ser vivenciada está no corpo, que precisa estar vivo e bem.

Portanto, cuidar-se é acolher e tecer sua presença em momentos de resistência, resiliência e celebração.

Encerrando a massagem, coloque os dois pés no chão e respire profundamente.

Recorde-se, ainda, de quem veio antes. Observe que estratégias e sentimentos se apresentam.

Direcione seus pensamentos aos seus desejos e às próximas gerações.

O que você busca plantar? Pelo que você busca lutar para garantir o necessário para os seus mais novos?

Território demarcado, escola quilombola, indígena, políticas de saúde, fortalecimento e preservação da cultura, da língua e da tradição?

Que passos seus pés darão?

Seja lá onde for, que seu primeiro território seja recebido em dignidade, que seus direitos estejam efetivados, que sua humanidade seja respeitada...

Nenhum direito a menos, nenhum corpo (território) vale menos.

Pelo direito de existir, incidir no cuidado e no autocuidado é incidir para o futuro ancestral, que já começou.

Sinta seu corpo, respire...

**BEM-VINDE!**

**VAMOS LÁ TECER O QUE SERÁ!**

CLIQUE OU ACESSE  
PODCAST SOBRE OS 5 PILARES



CLIQUE OU ACESSE  
MAIS CONHECIMENTOS SOBRE O TEMA

